

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS

NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

VOLUME 4 NÚMERO 4 NOV/2019

FAPESP MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MACROAMB FAPESP

IEE USP INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS
NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

EXPEDIENTE

Editores
Pedro R. Jacobi
Luciana Travassos
Ana Carolina A.Campos

Editora Convidada
Silvana Zioni

Conselho Editorial
Andrea Lampis
Celio Bermann
Edmilson Freitas
Klaus Frey
Leandro Giatti
Pedro Torres
Sandra Momm
Tatiana Rotondaro
Vanessa Empinotti

CONTATO
jornalismomacroamb@iee.usp.br

EDIÇÃO
VOLIME 4/Nº4/NOV.2019

ENDEREÇO ELETRÔNICO
http://govamb.iee.usp.br/DSMMP

PERIODICIDADE
Publicação Trimestal

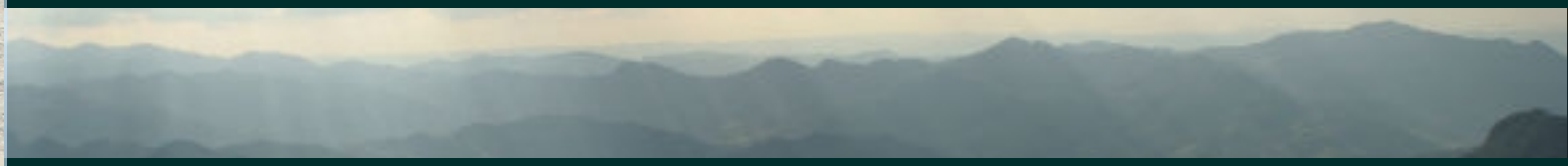
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL
Universidade de São Paulo
Instituto de Energia e Ambiente
Av. Prof. Luciano Gualberto, 1.289
Cidade Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900

ISSN 2596-2183

Os desafios do planejamento na diversidade: a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Esta publicação é uma produção do Projeto Temático FAPESP 2015/03804-9 MacroAmb: Governança Ambiental da Macrometropole Paulista face à Variabilidade Climática, parte do Programa FAPESP Mudanças Climáticas Globais, coordenado pelo professor Pedro Roberto Jacobi (IEA/IEE/USP), sediado no Instituto de Energia e Ambiente (IEE), e que reune docentes de diversas unidades da Universidade de São Paulo (IEE, IO, FSP, FEA, IAG, EACH, ECA, IEA), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e dos programas de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território (PGT) e de Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do ABC (UFABC).

ÍNDICE



EDITORIAL....4
Luciana Travassos e Silvana Zioni

CONJUNTURA

O Plano Diretor Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), que caminhos trilhará?....8
Urbano Reis Patto Filho

O PDUI do Vale do Paraíba e Litoral Norte: expectativas, ações e Incertezas....11
Cilene Gomes

O Vale Do Paraiba Sob A Perspectiva de uma gestão regional....13
José Oswaldo Soares de Oliveira, Luciano Mouassab Chalita e Juliana da Camara Abitante

O papel e o lugar das pequenas cidades da Mcrometrópole Paulista num cenário de variabilidade climática....16
Sílvia Helena Zanirato

Atividades produtivas nos territórios rurais sob a perspectiva histórica de formação da região metropolitana do vale do paraíba e litoral norte....19
Moacir Santos

Pagamentos por Serviços Ambientais: abastecimento de água na Área de Proteção Ambiental Paraíba do Sul....21
Bruna Fatiche Pavani

A interface ciência-política no planejamento multiescalar no Brasil: o caso do Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais – INPE....24
Alexandre Marques e Myanna Lashen

JOVEM PESQUISADOR....27
A governança metropolitana brasileira: o caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
Graziana Siqueira e Rosa Scaquetti

ENAGAJAMENTO....30
Jeca Tatu, Mazzaropi e o Vale
Silvana Zioni

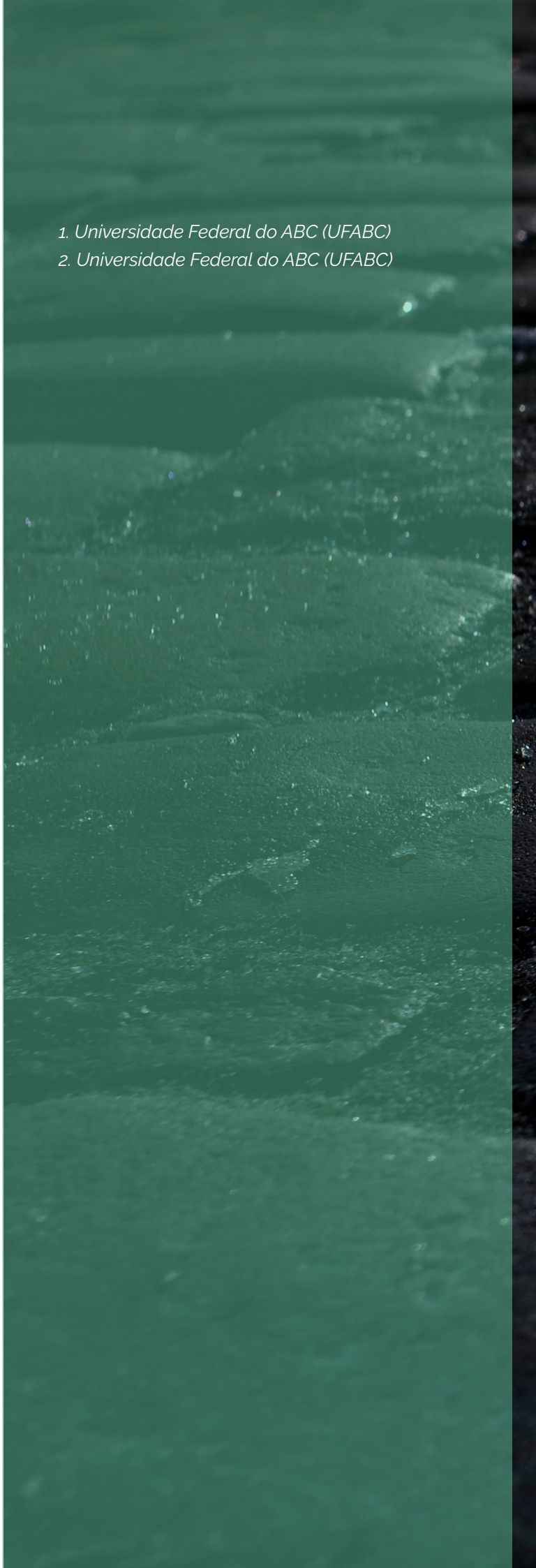
ARTE....32
Vale Infinito: Ciclo Verde
Ivan Nisida

Capa
Thiago la Torre

EDITORIAL

Luciana Travassos[1]
Silvana Zioni[2]

1. Universidade Federal do ABC (UFABC)
2. Universidade Federal do ABC (UFABC)



Os desafios do planejamento na diversidade: a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

O presente número do Diálogos Socioambientais nasce dos debates em torno do planejamento e governança territorial da região compreendida pela bacia do Rio Paraíba do Sul no Estado de São Paulo e o litoral norte paulista, que conformam uma das mais diversas - se não a mais - região metropolitana do Estado de São Paulo, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN.

Instituída em 2012 e composta por 39 municípios, essa região situa-se encontra entre as duas maiores capitais nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Seu território foi formado e é testemunha de sucessivos ciclos econômicos do país e de diferentes fases do processo de urbanização. Esta diversidade possui desde municípios altamente urbanizados, com perfil industrial, como São José dos Campos, que abriga o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, e Taubaté, até municípios muito pequenos em termos populacionais, com perfil rural, como Natividade da Serra ou Areias, contando ainda com quatro municípios litorâneos, que abrangem desde um enorme rol de atividades turísticas até um porto de grande importância nacional.

Além disso, a região possui um patrimônio ambiental importante, com muitos remanescentes de Mata Atlântica presentes nas Serras da Mantiqueira, do Mar e da Bocaina, com áreas extensas de Unidades de Conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável.

Essas poucas linhas são suficientes para demonstrar o desafio que é planejar a RMVPLN, que vai além do próprio desafio de planejamento e governança das demais Regiões Metropolitanas do Estado, que vem se observando pela dificuldade de construção e aprovação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados e pelo próprio desmonte do sistema de planejamento do Estado, com a extinção da Emplasa, que foi tratada no número anterior do Diálogos Socioambientais.

Por outro lado, esse volume destaca a força das pesquisas e debates regionais, com a reunião de um grupo de pesquisadores, em temas diversos, que analisam a RMVPLN sob seus múltiplos aspectos e olhares, tendo em vista tanto a produção de dados para planejamento e governança quanto os processos realizados até então com esse intuito.

São pesquisadores de universidades da região e também do INPE, que conhecem de forma profunda os condicionantes e potenciais existentes, calcados na diversidade do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O artigo que abre o caderno, de Urbano Patto Reis Filho, que foi Diretor da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral, a AgemVale, apresenta um breve histórico sobre o planejamento regional do Vale do Paraíba, com destaque para o Plano Regional do Macro Eixo Rio-São Paulo, de 1978, para introduzir o debate a respeito do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), ressaltando a proposta de estrutura institucional de sua elaboração e a participação social, que configuram, para o autor, a possibilidade da construção de um instrumento de planejamento mais bem fundamentado que os anteriores.

O PDUI também é tema do artigo de Cilene Gomes, que vai detalhar o processo de construção do plano, por meio da análise de documentos e atas de reuniões realizadas nos anos de 2018 e 2019. Seu levantamento permite observar quais questões são objeto de preocupação para organização regional. Em primeiro lugar está o fundo para financiamento das ações do plano, o FUNDOVALE, tanto no âmbito do aporte de recursos quanto de sua gestão e, depois, algumas Funções Públicas de Interesse Comum, FPICs, em especial, transportes, segurança pública, saúde e temas afetos ao uso do solo.



Vale do Paraíba a partir do Morro dos Macacos (foto: Luciana Travassos)

As bacias hidrográficas como unidade de análise e gestão, bem como as dinâmicas socioculturais e políticas e as condicionantes histórico-cultural do Vale do Paraíba são o tema do artigo de José Oswaldo Soares de Oliveira, Luciano Mouassab Chalita e Juliana da Camara Abitante, que entendem que as delimitações estabelecidas para as sub-regiões da RMVPLN não respeitam processos históricos e dinâmicas atuais da produção do espaço no Vale e advogam que a inclusão de elementos geográficos e socioambientais poderia contribuir para a estruturação de diagnósticos, proposições e políticas que melhor respondessem à realidade da região e de sua diversidade intrarregional, conduzindo também à descentralização da gestão territorial com base nessas diferenças.

Os dois artigos seguintes expõem essas diferenças. A começar pelo texto de Silvia Helena Zanirato, que foca o lugar e o papel das pequenas cidades na Macrometrópole Paulista, de forma geral e na RMVPLN especificamente, com especial interesse em sua capacidade de governança e planejamento relacionada à resposta a riscos e desastres, por um lado, mas também a pouca consideração que se dá a sua riqueza de bens naturais, a provisão de serviços ecossistêmicos, na negociação das políticas interescalares. O artigo de Moacir Santos segue a mesma linha, ao apontar a forte presença, tanto do ponto de vista histórico, quanto atual, das atividades produtivas nos territórios rurais da RMVPLN, mostrando que, apesar da região se destacar pela expressiva industrialização no cenário nacional, é essencial considerar seu importante papel economia regional, com ênfase na produção leiteira do Estado e no abastecimento, tanto de produtos da pecuária quanto da agricultura, para a região. O autor vê uma oportunidadepara o desenvolvimento da região e para a geração de empregos, no estímulo aos circuitos curtos de produção e consumo, incluindo o suporte para a agricultura familiar e sua relação com a alimentação escolar.

Boas oportunidades para os municípios que possuem extensas áreas rurais e são provedores de serviços ecossistêmicos está na estruturação e implementação do Pagamento por Serviços Ambientais, em debate em diversos níveis institucionais, tema do artigo de Bruna Fatiche Pavani, que traz os resultados de sua pesquisa de doutorado desenvolvida no Instituto Tecnológico da Aeronâutica, ITA, em que desenvolve uma proposta metodológica para o pagamento pela produção de água na Área de Proteção Ambiental Bacia do Rio Paraíba do Sul. Sua pesquisa mostra a importância que os investimentos públicos maciços em educação e pesquisa tecnológica possuem para dar suporte ao desenvolvimento regional, fato também marcante no texto de Alexandre Marques e Myanna Lashen, pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, que aponta a importância da ciência espacial para o desenvolvimento nacional e regional, ao fornecer informações essenciais para a elaboração de políticas territoriais e de monitoramento. Com relação ao Vale do Paraíba, o artigo traz o debate relacionado às mudanças climáticas, no âmbito da pesquisa Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas, e a produção de água, considerando os impactos advindos da construção da interligação dos reservatórios Jaguari-Atibainha.

A sessão Jovem Pesquisador traz artigo de Graziana Siqueira e Rosa Scaquetti que vai recuperar um pouco do histórico da criação da RMVPLN e seus desafios frente à disparidade de seus municípios. O texto aponta uma das questões mais problemáticas da constituição e implementação dos PDUIs que é a ausência de uma autoridade pública metropolitana, que tenha competência para planejar e gerir o território na escala regional.

Por fim, fecham o caderno duas expressões culturais do Vale do Paraíba. O breve relato feito por Silvana Zioni é um convite a que seja revisitada a produção de um dos mais emblemáticos personagens da região, Amácio Mazzaropi, que personificou o mais emblemático deles: Jeca Tatu, criado pelo escritor Monteiro Lobato, cuja importância para a literatura nacional não precisa ser reforçada. Mazzaropi teve parte importante de sua carreira em Taubaté, onde construiu seu primeiro estúdio de gravação, na Fazenda Santa, lugar que preserva parte de seu acervo. A arte de Ivan Nisida que encerra o volume remete a uma visão caleidoscópica do perímetro da RMVPLN, reconstruindo a diversidade de seus territórios e sugerindo outros ainda.

Os trabalhos aqui reunidos expressam, então, a grande diversidade da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e os desafios afetos ao planejamento regional, consubstanciado nos limites e possibilidades do processo de produção e implementação do PDUI.

BOA LEITURA!

O Plano Diretor Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), que caminhos trilhará?

Urbano Reis Patto Filho

Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional (2010) e graduado em Arquitetura e Urbanismo (1985), ambos pela UNITAU. É arquiteto na Prefeitura de Pindamonhangaba onde exerceu os cargos de Coordenador de Gestão Estratégica, Diretor de Contratos e Convênios e Secretário de Infraestrutura e Planejamento. Foi de Diretor Executivo da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral - AgemVale. Trabalhou na Secretaria de Meio Ambiente e na Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São José dos Campos, no Comitê da Bacia Hidrográfica da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e no Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte (CODIVAP). Foi professor de Introdução ao Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Anhanguera, Pindamonhangaba-SP e de Urbanismo II na UNITAU.



PALAVRAS CHAVE

Planejamento Regional
Vale do Paraíba
PDUI
Participação

O Vale do Paraíba paulista é uma região socioeconômica que abrange parte do leste do estado de São Paulo e que se destaca por concentrar uma parcela considerável do PIB do Brasil. Foi uma das regiões pioneiras na elaboração de Planos Regionais, principalmente a partir do período de intensificação da industrialização do país, em meados do século XX. Como exemplos destacam-se: os trabalhos do Serviço de Melhoramentos do Vale do Paraíba (Governo do Estado de São Paulo, década de 40); Caracterização e Avaliação dos Conhecimentos Existentes sobre a Região do Vale do Paraíba e Diagnósticos Resultantes (CODIVAP, 1971); Plano Regional do Macro Eixo Rio São Paulo (SEP/CAR-SP, 1978), Macrozoneamento do Vale do Paraíba (INPE/CODIVAP, 1990); Plano Ambiental (CETESB, 1987), Planos de Bacia (CEIVAP e CBH-PS, década de 90 e 00) isso sem contar os inúmeros planos (ou tentativas de) setoriais de Saúde, Transportes e Turismo.

De todos esses citados, somente um caracteriza-se como um plano de desenvolvimento mais abrangente e integrado, o Plano Regional do Macro Eixo Rio São Paulo, de 1978, embora carregue as limitações conceituais e conjunturais daquele período. No plano conceitual, segue o modelo de "Planejamento físico-territorial clássico" com elementos de Planejamento Sistêmico e "enfoque racional". Concomitantemente, espelha também a centralização e a preponderância da esfera nacional no planejamento do desenvolvimento, a insuficiência dos planos regionais, a inexistência das instâncias políticas e administrativas regionais e a subalternidade e passividade dos municípios em sua concepção e aplicação, também não prevê praticamente nenhuma participação social na sua elaboração.

Atualmente, por conta da criação da RMVPLN e sua Agência – AGEMVALE, respectivamente em 2012 e 2015 e sob a égide da nova legislação de planejamento regional e metropolitana consignada no Estatuto da Metrópole (2015) há a determinação para que se elabore um novo plano, o PDUI, que se pretende que tenha características bem diferentes dos planos anteriores, tanto no processo de elaboração como nos resultados esperados.

As diretrizes expressas no Estatuto da Metrópole para os PDUI deverão remeter a conteúdos e resultados bem diferentes dos planos anteriores, ao menos é o que se espera, e dentre elas destacam-se: as diretrizes para as funções públicas de interesse comum, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos; as diretrizes quanto à articulação dos Municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano; as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana e o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições.

Ressaltam-se ainda as condições de participação social estabelecidas para a elaboração do PDUI, inexistentes nos processos dos planos anteriores: a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os Municípios integrantes da unidade territorial urbana e a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos.

Se tais diretrizes não garantem a qualidade do PDUI a ser produzido, com certeza indicam parâmetros técnicos novos e obrigam os dirigentes estatais, os gestores e os técnicos a estabelecerem instrumentos de participação institucional e social concretos.

Objetivamente na RMVPLN essa situação nova está refletida no Termo de Referência para contratação de consultoria para a elaboração do PDUI, minutado pela AGEMVALE e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento em outubro de 2018, que explicita:

> "Espera-se que o PDUI-RMVPLN venha constituir-se em um instrumento de apoio ao processo de planejamento e gestão do desenvolvimento regional, possibilitando a potencialização dos resultados da ação pública, na medida em que poderá permitir a articulação das políticas, programas e projetos regionais, garantindo ganhos de esforço coletivo e simultâneo, por meio da identificação de objetivos, estratégias, projetos e ações de interesse comum do conjunto dos municípios metropolitanos. Busca-se, também, que o PDUI-RMVPLN resulte na redução de conflitos e contradições, incorporando na discussão dos rumos do desenvolvimento regional não apenas o setor público, dos vários níveis de governo, mas, também, o setor privado e as diversas formas de organização da sociedade."

> "A visão adotada é a de que a definição dos rumos do desenvolvimento depende da participação ativa e integrada dos agentes sociais, econômicos e governamentais, atuantes em cada município. Poder público, setores produtivos e sociedade são pilares fundamentais da formulação dos projetos e ações voltadas ao desenvolvimento regional-metropolitano. A sinergia entre a ação desses diferentes agentes criará as bases para o desenvolvimento socioeconômico, potencializado pela cooperação e construção de laços de confiança, em torno de um projeto de desenvolvimento comum.
> O CDRMVPLN e a AGEMVALE são agentes proativos desse processo, realizando e implementando um processo de planejamento no qual a territorialidade das ações seja permanentemente explicitada. Os diferentes segmentos sociais da RMVPLN serão chamados, não só para identificar problemas ao desenvolvimento socioeconômico e urbano, como, também, para construir consensos políticos para enfrentá-los."

"a legislação que regulamenta as Regiões Metropolitanas ainda é omissa e embora avance significativamente nos princípios gerais de planejamento e na garantia de transparência e participação, ainda não gestou mecanismos que impeçam que os PDUI se transformem naqueles livros bonitos e coloridos que enfeitam gabinetes mas não geram programas e ações que efetivamente mudem para melhor a vida das metrópoles, das cidades e das pessoas"

Sob tais condicionantes fica mais provável que o PDUI possa espelhar com mais fidedignidade uma síntese dos anseios da sociedade da RMVPLN, mas a profundidade disso dependerá de vários fatores: da competência e habilidade dos condutores do processo passando pelo engajamento das representações dos segmentos sociais e econômicos, da universidade dos institutos de pesquisa etc.

Supondo que desse processo nasça um bom plano, ainda haverá que ser complementado pela necessária transformação deste em rubricas nos orçamentos dos governos federal, estadual e municipais que, ao fim e ao cabo, determinam o que os entes da administração pública poderão fazer de concreto.

Cabe ressaltar que, nesse aspecto a legislação que regulamenta as Regiões Metropolitanas ainda é omissa e embora avance significativamente nos princípios gerais de planejamento e na garantia de transparência e participação, ainda não gestou mecanismos que impeçam que os PDUI se transformem naqueles livros bonitos e coloridos que enfeitam gabinetes mas não geram programas e ações que efetivamente mudem para melhor a vida das metrópoles, das cidades e das pessoas.

Talvez seja essa a próxima etapa que os que almejam a continuidade do aprofundamento do planejamento participativo deverá conquistar, sair das afirmações de direitos difusos e genéricos para garantir processos de transformá-los em orçamentos públicos.

O PDUI do Vale do Paraíba e Litoral Norte: expectativas, ações e Incertezas

Cilene Gomes

Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba. Coordenadora do Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional e do Observatório Regional Vale do Paraíba e Litoral Norte.



Na Lei Nº 13.683, de 19/06/2018, que altera o Estatuto da Metrópole (Lei Nº 13089, de 12/01/2015), o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é concebido como "instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, viabilização econômico-financeira e gestão, as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e os projetos estruturantes da região metropolitana e aglomeração urbana" (Art. 2º, inciso VI). Conforme o Art. 10, em seu quarto parágrafo, o plano deverá ser "elaborado de forma conjunta e cooperada por representantes do Estado, dos Municípios integrantes da unidade regional e da sociedade civil organizada e será aprovado pela instância colegiada a que se refere o art. 8º desta Lei", antes do encaminhamento à apreciação da Assembleia Legislativa.

Com a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Lei Complementar Nº 1166/2012), discussões foram geradas, em eventos ou reuniões (acadêmicas ou não), por diversos agentes atuantes na região (universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos, organizações sociais e coletivos em geral), em torno da institucionalização da região metropolitana e, com elas, foi perceptível o aumento das expectativas em relação ao PDUI. Todavia, essa mobilização inicial foi arrefecida, por circunstâncias diversas, sobretudo, pela relativa indisposição da Agência Metropolitana ao diálogo continuado e ausência de informações antes da existência do *site* dessa mesma agência, laçado ano de 2016.

Hoje, dois documentos podem ser acessados no site da Agência: o Termo de Referência PDUI – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AGEMVALE, 2018a) e o Guia Metodológico do PDUI (AGEMVALE, 2018b), ambos aprovados em 24 de outubro de 2018, na 21ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do VP-LN, realizada em São José dos Campos, e presidida pelo então Diretor Executivo, Urbano Reis Patto Filho. Nessa data, três outros assuntos ligados ao PDUI foram objeto de menção: a nova composição do Comitê Executivo do PDUI, a vinculação de recursos para a elaboração do plano e a contratação de consultoria para sua elaboração.

PALAVRAS CHAVE

Região Metropolitana;
Vale do Paraíba e Litoral Norte
AGEMVALE
PDUI
Conselho de Desenvolvimento

Depois disso, na 22ª Reunião, em 13 de dezembro de 2018, em São José dos Campos, a grande preocupação foi o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, o FUNDOVALE, instituído em 2013. Outra menção significativa foi aos Termos de Cooperação assinados com entidades da região, dentre elas, universidades, institutos, associações e outras, em vista de apoio para a realização de projetos. Já na 23ª Reunião, em 15/07/2019, apresentou-se o novo Diretor Executivo da agência, Sérgio Francisco Theodoro, e boa parte da discussão centrou-se no impasse judicial criado em relação à contratação da Desenvolve SP para a gestão do FUNDOVALE e, também, nas possíveis fontes de recursos para o Fundo, e o PDUI, incluindo a contribuição dos Municípios. Segundo ainda a Ata dessa reunião, também foi dado destaque à importância da instalação das Câmaras Técnicas, com o envolvimento de técnicos, secretários e representantes do Estado e da sociedade civil, "que possam discutir os problemas regionais para formulação de propostas", em vista de "contribuir de forma positiva para o desenvolvimento do PDUI", conforme a definição das funções públicas de interesse comum.

Nesse quadro de andamentos para o PDUI, pontos fundamentais têm sido enunciados durante as reuniões do Conselho. Dentre eles, vale ressaltar a questão do desenvolvimento de um olhar regional para as distintas problemáticas de interesse comum e a sua resolução de forma conjunta e interdependente; a importância da participação dos prefeitos no Conselho; a questão da integração regional, considerando a diversidade das realidades regionais e locais, incluindo as singularidades litorâneas, serranas e da região do vale propriamente dito, enfim. Também chama atenção, desde as primeiras reuniões do Conselho e na mídia local, o destaque constante dado ao tema dos transportes, da saúde e segurança pública, e à questão do uso do solo.

Além disso, nota-se a propensão discursiva no sentido de contribuir para "desenvolver a consciência e identidade metropolitana" (AGEMVALE, 2018b, p. 4) e "ampliar o conhecimento da sociedade a respeito da política urbana e das possibilidades de construção de ações metropolitanas, qualificando progressivamente os debates públicos nessa matéria" (IDEM, p. 7). O que supõe a intenção de "sensibilizar cidadãos e governantes" sobre a relevância da mobilização e atuação conjunta de diferentes atores do desenvolvimento regional" (AGEMVALE, 2018a).

REFERÊNCIAS

AGEMVALE. Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Disponível em: http://www.agemvale.sp.gov.br. Acesso em 19 de outubro de 2019.

_____Termo de Referência para a formulação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (PDUI-RMVPLN). São José dos Campos, 2018a.

_____. Guia Metodológico do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (PDUI-RMVPLN). São José dos Campos, 2018b.

O Vale Do Paraiba sob a perspectiva de uma gestão regional

José Oswaldo Soares de Oliveira

Arquiteto e urbanista, doutor em Urbanismo compôs doutoramento em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Taubaté (SP), pesquisador Socioambiental e Intervenção do Instituto de Psicologia e do Grupo de Estudos em Política Ambiental do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.



INTRODUÇÃO

Este texto aborda a constituição da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, destacando elementos sobre a relevância da bacia hidrográfica, e também das dinâmicas socioculturais e políticas necessárias a uma proposta de gestão, visando a uma sustentabilidade socioambiental compatível com os limites do suporte ecológico geográfico ambiental e da própria tessitura histórico-cultural dessa região, com vistas a um futuro delineado por gestões descentralizadas, próximas à diversidade de núcleos que a compõem.

DINÂMICAS REGIONAIS E TERRITÓRIO

A criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVPLN considerou, ao definir suas sub-regiões, as antigas divisões de regiões administrativas e de governo estabelecidas na década de 1970. Ainda que reflitam algumas dinâmicas atuais, poderia ter agregado especificidades que levassem a um redesenho, ampliando possibilidades de análises, com diagnósticos e proposições mais direcionados. Dentre estas, destacam-sem as bacias hidrográficas que a compõem e, por consequência, definiram sua ocupação, seu processo histórico e a consolidação de perfis sociais, econômicos e culturais que lhes trazem identidades particulares, aspectos hoje não efetivamente contemplados.

Assim, embora o nome da RMVPLN traga referências à bacia do rio Paraíba do Sul, não a coloca como primordial em sua delimitação. Ainda que o Litoral Norte componha sua nomenclatura, agrega diversas bacias que drenam para o Atlântico, mas que justificam sua inserção regional em função de dinâmicas sociais e econômicas, que a distinguem como sub-região. Contudo, no restante da região há recortes distintos, alheios às bacias, limitados a algumas dinâmicas.

Agregando municípios da calha do Paraíba do Sul, do chamado Mar de Morros da Serra do Mar e também da Mantiqueira, faz recortes sub-regionais que desconsideram aspectos de sua geografia. No caso dos municípios da Mantiqueira, suas sedes urbanas, e parte considerável de seus

PALAVRAS CHAVE

Bacias hidrográficas
Descentralização política
Planejamento regional

Luciano Mouassab Chalita



Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade de Taubaté – UNITAU, e mestre em Ciências Ambientais, pela mesma instituição, com foco no estudo e análise do ambiente urbano. É professor universitário em instituições de ensino do Vale do Paraíba e membro pesquisador, desde 2015, do Grupo de Pesquisa do Ambiente Construído, da Universidade de Taubaté - UNITAU.

territórios, não pertencem à bacia do rio Paraíba do Sul, o que os coloca, sob alguns aspectos, em especial os ambientais, em relação mais direta com os municípios da Mantiqueira do estado de Minas Gerais. Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí integram a bacia do Paraná, podendo haver um questionamento não de sua inserção na RMVPLN, mas nas sub-regionais a que pertencem.

As sub-regiões separam municípios de inserção e perfis semelhantes, como São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá, na calha do Paraíba e de economia industrial, comercial e de serviços. Ou como Cunha, São Luís do Paraitinga e Paraibuna, municípios de pequeno porte e ligados a atividades turísticas e rurais. Estes últimos, embora sobre sub-bacias do Paraíba, muitas comuns à municípios da calha, estabelecem outras relações geográficas, inclusive com as bacias formadoras do Paraíba, as dos rios Paraibuna e Paraitinga.

A questão esbarrará também nos limites da RMVPLN com a Região Metropolitana de São Paulo, pois mesclam áreas não apenas de bacias, mas também de realidades metropolitanas distintas, o que colocou o Paraíba no centro das discussões da crise hídrica vivida há alguns anos.

Adentrar às discussões apresentadas amplia o debate sobre as subdivisões, agregando elementos geográficos e socioambientais que poderiam contribuir para a estruturação de diagnósticos, proposições e políticas, especialmente na agregação de dados e informações, levantamentos e mapeamentos, que, uma vez não evidenciados, não ganham visibilidade, deixando de apontar soluções que potencialmente poderiam melhor responder às realidades efetivas.

Juliana da Camara Abitante

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Taubaté, com especialização em Gestão Ambiental e mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, na Universidade Federal de Itajubá. Atualmente é docente no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Unitau e membro do grupo de pesquisa Ambiente Construído da mesma instituição. Atua também como docente no Centro Universitário Senac - Campos do Jordão.



Aparentemente, as sub-regiões consideram, em especial, aspectos ligados às dinâmicas de circulação regional. Diante da intensa regionalização do espaço urbano na RMVPLN, a mobilidade pendular coloca-se como um fato diário. A regionalização das atividades do cotidiano implica no aumento da mobilidade da população, que tem sua vida organizada cada vez mais em escala regional, sobretudo com a multipolarização exercida pelos municípios de São José dos Campos, Taubaté e Guaratinguetá, onde se configuram movimentos pendulares de destino referentes a trabalho, educação e saúde. A mobilidade possui um custo financeiro individual que não possibilita a acessibilidade a todos, portanto, que excluem deste movimento uma parcela da população, o que se acentua pela falta de um transporte público regional efetivo, levando ao enfrentamento da questão ambiental acarretada pelo uso do transporte individual. É possível, ainda, estabelecer relação direta entre as atuais sub-regiões e os eixos viários que a estruturam, apontando diretamente uma predominância das dinâmicas de mobilidade, circulação e escoamento de produção na definição dos limites internos da RMVPLN.

Pensar e se debruçar sobre os demais aspectos coloca-se relevante no sentido de trazer à reflexão uma estruturação que implique numa organização política que dê conta da efetiva realidade da região, voltada a uma gestão compatível às expectativas de sua população, distribuída por aglomerações urbanas de portes e ocupação distintos, de pequenos a grandes, isolados ou em processo de conurbação, com dinâmicas microrregionais particulares.

Se propõe, com isso, formas de gestão voltadas para que as demandas e desejos se expressem por uma visão regional, e que a organização do território responda às diversas dinâmicas intrarregionais, favorecendo a sustentabilidade, sendo socialmente justa e voltada à diversidade cultural da região, viabilizando investimentos e empreendimentos das populações locais e, do ponto de vista ecológico, que os processos de produção considerem a possibilidade de arranjos produtivos locais, muitos já presentes de maneira incipiente, seja pela falta de incentivos ou pela opressão de estruturas econômicas externas que se impõem.

Cabe então trazer à tona a discussão acerca de um planejamento descentralizado, a partir de realidades particulares, voltado a contribuições para uma gestão regional que favoreça e responda às demandas e expectativas de sua população, de base mais compartilhada, trabalhando sobre um plano horizontal e que permeie as distintas realidades e contextos.

Referências

ABITANTE, J. C.. Segregação espacial e acessibilidade: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável em Campos do Jordão - SP. 152f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2016.

CHALITA, L.M. Urbanização, paisagem e ambiente construído: ocupação e produção do espaço sobre as bacias hidrográficas em Taubaté, SP. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2017.

HOGAN, D. J. Indicadores Sócio-demográficos de sustentabilidade. In: HOGAN, D. J. et al (orgs). Migração e ambiente nas aglomerações urbanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2001.

O papel e o lugar das pequenas cidades da Macrometrópole Paulista num cenário de variabilidade climática

Sílvia Helena Zanirato

Sílvia Helena Zanirato tem Doutorado em História/UNESP, Pós-doutorado em Geografia/USP e Livre Docência em Sociedade e Natureza/USP. Atua como professora no curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e nos Programas de Pós-graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política, todos na USP. Desenvolve pesquisas na área de urbanização e meio ambiente, com destaque para a proteção pública ao patrimônio cultural e natural e às pequenas cidades da Macrometrópole Paulista. É coordenadora do GEURBAM- Grupo de Estudos Urbano Ambientais/USP, integrante do MacroAmb - Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista/FAPESP/USP e coordenadora do projeto de pesquisa Vulnerabilidades de pequenas cidades da Macrometrópole Paulista em face à variabilidade climática.



PALAVRAS CHAVE

Pequenas cidades
Variabilidade climática
Serviços ambientais

Uma das preocupações do projeto Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática (JACOBI, 2017) é a de pensar articulações entre as instâncias de gestão responsáveis pelo controle e contingenciamento dos riscos e vulnerabilidades, considerando as iniquidades socioambientais presentes na escala territorial macrometropolitana. A prevenção e a adaptação aos efeitos da variabilidade climática requer apreender os principais constrangimentos político-administrativos que restringem avanços na implantação e efetividade de desenhos participativos para a governança ambiental.

Ao se olhar para os planejamentos que envolvem áreas metropolitanas se vê que as pequenas cidades, ainda que ocupem uma importante superfície territorial, raramente são consideradas de forma inclusiva (JOHNSTON, 1986). Não muito diferente é o olhar a textos acadêmicos que também se voltam para essa escala e que, em boa parte, se concentram em grandes centros urbanos, lugares com maiores concentrações populacionais, influência econômica e/ou cultural, e/ou importância política.

No entanto, boa parte da população não está nas cidades maiores, mas nas menores, que são justamente as que responderão pelo maior número de desastres urbanos no século 21. Ainda assim, cidades desse porte estão em grande parte "fora do mapa" no planejamento e nos diálogos sobre políticas adaptativas (BELL & JAYNE, 2009).

Ambas as situações alertam para os cuidados em considerar as especificidades das vulnerabilidades em pequenas localidades e em não se valer de observações gerais, resultantes de estudos voltados para grandes e médias cidades (JOHNSTON, 1986).

Em se tratando de pequenas cidades, as vulnerabilidades não advêm tão e somente do fato de elas estarem frequentemente distantes dos centros de tomada de decisão e de raramente conseguirem se inserir na agenda dos órgãos decisórios. A distância não é só espacial, e se expressa na definição de prioridades quando

suas vozes políticas competem com as vozes das médias e grandes cidades, resultando em que os tomadores de decisão privilegiem os perigos que podem afetar populações nas maiores concentrações, desconsiderando as ameaças nas pequenas cidades, que recebem pouca atenção política[1] (RUMBACH, 2016).

Outra questão associada a essa é a que se refere à capacidade de governança e de planejamento em relação a desastres. Ainda que as cidades pequenas tenham os mesmos fatores de risco que os grandes centros urbanos, há pouco investimento na capacidade das instituições das pequenas localidades em gerenciar o risco. Enquanto cidades maiores têm organizações e instituições múltiplas e sobrepostas (e às vezes concorrentes), comprometidas com questões como a redução de riscos de desastres, as pequenas cidades têm poucos grupos desse tipo e quando os têm, muitas vezes são organizações isoladas, ou "defensores" individuais, frágeis a ingerências. Por isso não é raro que os componentes centrais de um sistema urbano resiliente sejam encontrados preferencialmente em cidades maiores.

Esse conjunto de condições motiva o olhar para as pequenas cidades da Macrometrópole Paulista - MMP, de forma a compreender suas especificidades e as diversas assimetrias que as conformam.

Constituída por 174 municípios, dos quais 38% têm menos de 22 mil habitantes, a MMP é um espaço heterogêneo e complexo. Se nela se encontra São Paulo, com cerca de 12 milhões de habitantes, também se encontra Areias e São José do Barreiro, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN, com menos de 4 mil moradores. As assimetrias se expressam também no PIB per capita. São José dos Campos, em 2018, teve um PIB de R$ 52.267, enquanto Potim alcançou R$ 7.782, ou pouco mais que 1/6 do valor de São José dos Campos. Arapeí, Areias e São José do Barreiro não possuem nem mesmo 1% do PIB de São José dos Campos (EMPLASA, 2019).

Particularmente as pequenas localidades da RMVPLN têm necessidades especiais, como a adoção de infraestrutura básica, muitas já encontradas em cidades médias e grandes. A inexistência ou a descontinuidade de macro e microdrenagem, por exemplo, é comum e é um fator a expô-las a eventos como deslizamento de encostas e inundações por ocasião de precipitação mais intensa.

Se essas pequenas cidades têm esses problemas, por outro lado elas têm uma riqueza pouco considerada nas negociações políticas interescalares, uma vez que, justamente pela lenta dinâmica nelas observadas, ali se encontram áreas ricas em bens naturais florestais e hídricos.

NOTAS

1. Em seu estudo sobre pequenas cidades no estado indiano de Bengala Ocidental, Andrew Rumbach mostrou como as autoridades estatais subvalorizam o conhecimento e a experiência das pequenas localidades afetadas por deslizamentos de terra, em favor do conhecimento técnico e científico emanado dos centros de poder e de influência.

Num cenário de variabilidade climática, com sérios desafios para a manutenção de serviços ecossistêmicos em áreas urbanas, há que considerar as potencialidades que adquirem as pequenas cidades na produção e manutenção desses serviços. É nesse contexto que as pequenas cidades adquirem relevância, ou seja, que se abre a elas possibilidades de negociarem as externalidades decorrentes da conservação ambiental, um incentivo real para a provisão dos serviços ambientais.

"Em se tratando de pequenas cidades, as vulnerabilidades não advêm tão e somente do fato de elas estarem frequentemente distantes dos centros de tomada de decisão e de raramente conseguirem se inserir na agenda dos órgãos decisórios. A distância não é só espacial, e se expressa na definição de prioridades quando suas vozes políticas competem com as vozes das médias e grandes cidades"

O sortimento de serviços ambientais oportuniza a essas localidades condições mais favoráveis de pleitearem recursos necessários para a implantação da infraestrutura de prevenção/adaptação às ameaças decorrentes da variabilidade climática, e também de reduzirem as assimetrias de poder no espaço macrometropolitano.

REFERÊNCIAS

BELL, D and JAYNE, M. Small cities? Towards a research agenda. International Journal of Urban and Regional Research, n. 33(3), p. 683– 699, 2009.

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. 2019. Disponível em https://emplasa.sp.gov.br/RMVPLN, acesso em 24/10/2019.

JACOBI, P. R. Governança ambiental da macrometrópole paulista face à variabilidade climática. Projeto Temático Fapesp 15/03804-9, 2017.

JOHNSTON, R.J. Ecological fallacy. In Johnston, R.J., Gregory, D., and Smith, D.M., editors, The Dictionary of Human Geography, (2o Edition), London: Blackwell, 1986.

RUMBACH, A. Decentralization and small cities: Towards more effective urban disaster governance? Habitat International, n. 52, p. 35 - 42, 2016.

Atividades produtivas nos territórios rurais sob a perspectiva histórica de formação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) destaca-se no cenário estadual e nacional pela expressiva industrialização. A segunda metade do século XX alterou as condições sociais e econômicas delineadoras da trajetória do desenvolvimento regional da RMVPLN. O ritmo das transformações definiu a RMVPLN como território com predomínio de atividades econômicas realizadas no ambiente urbano, o que por sua vez explica as elevadas taxas de urbanização da maioria dos municípios da região.

Entretanto, a presença de atividades produtivas nos territórios rurais da região denota a impossibilidade de se definir a realidade regional somente sob a perspectiva das ações realizadas nas cidades. As atividades produtivas no campo são encontradas em todos os municípios da região e contribuem para a economia regional.

A agricultura e a pecuária na região remontam ao período colonial, associadas a uma economia de subsistência e à produção de excedentes necessários à sobrevivência no circuito de trocas local ou regional. O primeiro período com produção integrada ao circuito econômico internacional está associado ao ciclo do café, no século XIX. A cafeicultura modulou a economia regional e nacional. O crescimento da produção cafeeira delineou a trajetória de desenvolvimento regional.

Entretanto, o esgotamento do solo em razão de um modelo não sustentável de produção e a incorporação de áreas produtivas em outras regiões do estado de São Paulo implicou no declínio da cafeicultura e de vários municípios como Bananal e Areias. No final da década de 1930, a atividade produtiva rural foi avaliada como alternativa viável para a recuperação econômica da região após o ciclo do café. Apesar da industrialização e expansão de algumas das cidades nas primeiras décadas do século XX, o dinamismo econômico regional não era comparável ao ápice da atividade cafeeira. O aproveitamento das várzeas para a agricultura mediante o controle das águas do Rio Paraíba associada a possibilidade de navegação fluvial passou a ser considerada uma alternativa econômica para a região (GOMES, RESCHILIAN e UEHARA, 2018).

Moacir Santos

Doutor (2006) em História pela UNESP, com pós-doutorado (2015) pela Universidade do Minho (UMINHO). Professor da Universidade de Taubaté (UNITAU) no Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) e no Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional (MPDR) da UNITAU. Docente do Centro Universitário Módulo/Caraguatatuba-SP.



PALAVRAS CHAVE

Atividade produtiva
Territórios rurais
História do Vale do Paraíba

O forte ritmo da industrialização na segunda metade do século XX associou investimento estatal estratégico com a atuação de empresas multinacionais e nacionais, processo responsável por definir as atuais características da RMVPLN. A definição das características do território resulta de um processo complexo e dinâmico, com a constituição multidimensional de território e de territorialidade (DALLABRIDA, 2016). Assim, o perfil de vários municípios da região associados às atividades industriais e concentração da população na área urbana é parte de uma territorialidade múltipla presente na RMVPLN.

O situar da região entre as duas principais metrópoles do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, a expansão demográfica regional e estímulo a recuperação econômica mediante a agricultura possibilitaram a presença e o fortalecimento das atividades produtivas. Exemplo das atividades produtivas nos territórios rurais do Vale do Paraíba é a pecuária leiteira, com contribuição significativa para a produção leiteira no estado (G1, 2017).

Nesse sentido, identificar e caracterizar as atividades produtivas nos territórios rurais do Vale do Paraíba, tendo como referência a trajetória histórica da sua constituição, pode possibilitar a elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas ao fomento da inclusão produtiva nos municípios da RMVPLN. Tal alternativa pode ser considerada no atual contexto econômico, caracterizado pela redução do emprego industrial e da necessidade de fomentar atividades produtivas viáveis para os municípios da região. O abastecimento das cidades da região mediante a integração de circuitos curtos de produção e consumo, incluindo o suporte institucional para a agricultura familiar e alimentação escolar constituem oportunidades para o desenvolvimento de atividades produtivas nos territórios rurais da RMVPLN.

"a presença de atividades produtivas nos territórios rurais da região denota a impossibilidade de se definir a realidade regional somente sob a perspectiva das ações realizadas nas cidades. As atividades produtivas no campo são encontradas em todos os municípios da região e contribuem para a economia regional"

REFERÊNCIAS

DALLABRIDA, Valdir Roque. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. EURE, vol 42, n° 126, mayo 2016, pp. 187-212.

VALE DO PARAÍBA é o maior produtor de leite do estado, aponta pesquisa. G1. 17 ago. 2017. Disponível em: < https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/vale-do-paraiba-e-o-maior-produtor-de-leite-do-estado-aponta-pesquisa.ghtml> Acesso em: 18 out. 219.

GOMES, Cilene; RESCHILIAN, Paulo Romano & UEHARA, Agnes Yuri. Perspectivas do planejamento regional do Vale do Paraíba e litoral norte: marcos históricos e a institucionalização da região metropolitana no Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2018 jan./abr., 10(1), 154-171.

Pagamentos por Serviços Ambientais: abastecimento de água na Área de Proteção Ambiental Paraíba do Sul

Bruna Fatiche Pavani

Pesquisadora em quantificação, mapeamento e valoração de serviços ecossistêmicos. Bacharel em Oceanografia (USP), especialista em Direito e Gestão do Meio Ambiente (SENAC), mestre e doutora em Ciências (ITA). Atuou como research scholar no Abess Center for Ecosystem Science and Policy (Universidade de Miami, EUA). É integrante do Projeto Temático FAPESP "Governança Ambiental na Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática" (Processo: 2015/03804-9).



A Fundação SOS Mata Atlântica (2014) aponta que o desmatamento e a ocupação irregular contribuíram para agravar os impactos da erosão na seca histórica no Estado de São Paulo. O excesso de sedimentos nos rios é um grande problema para os sistemas de bombeamento e abastecimento de água, bem como pode causar sérios danos aos usuários do reservatório.

É fundamental acelerar as ações de recuperação das bacias hidrográficas, seja pela regeneração natural, seja pelos esforços de restauração florestal para proteger as nascentes e margens dos rios. A manutenção da cobertura florestal nas bacias hidrográficas contribui para a retenção do solo e, consequentemente, reduz os custos de tratamento de água para abastecimento público (Lima et al., 2001).

Para a efetividade da restauração e proteção das bacias hidrográficas, é necessário que os governos ajam de forma integrada, com instrumentos de governança e gestão. A incorporação da dimensão ambiental na análise econômica tem incentivado estudos sobre a valoração monetária dos serviços prestados pelo meio ambiente. A implementação de instrumentos econômicos, como os Pagamentos por Serviços Ambientais e Ecossistêmicos, é importante para preservar essas bacias (Fundação SOS Mata Atlântica, 2014).

O CASO DA APA PARAÍBA DO SUL

A Área de Proteção Ambiental Bacia do Rio Paraíba do Sul (Decreto Federal no 87.561/1982) é a única unidade de conservação federal criada com objetivo específico de proteger os recursos hídricos para abastecimento público. Apesar da bacia do rio Paraíba do Sul abranger os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os limites da unidade de conservação ainda estão sendo revisados e, atualmente, estão aprovados apenas os recortes do trecho Paulista.

PALAVRAS CHAVE

Pagamentos por serviços ambientais,
Valoração econômica ambiental,
Abastecimento de água
Reflorestamento
Perda de solo

A APA Paraíba do Sul está inserida no domínio da Mata Atlântica, mas seu processo histórico de uso e ocupação do solo tem provocado uma redução drástica de cobertura vegetal, intensificando as características naturais de alta suscetibilidade a processos erosivos (IPT, 2011). Métodos convencionais de agropecuária, que não se utilizam de práticas conservacionistas, se impõem em grandes extensões de terra no Vale do Paraíba, aumentando essa grande perda de solo.

A situação é agravada pelas secas nos sistemas de abastecimento de água e a disputa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro aumentou na concessão e transposição de águas do rio Paraíba do Sul. O aumento da necessidade de água no cenário socioeconômico da bacia do Rio Paraíba do Sul contrasta com o alto nível de degradação das áreas de produção de água, apresentando grande potencial para a implementação de programas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Para estimar a eficácia da proteção de recursos hídricos, Pavani et al. (2019) sugerem uma proposta metodológica para PSA associado aos benefícios para o abastecimento de água. Neste estudo, compara-se o cenário atual (com alta incidência de áreas de pastagem convencional) com um cenário hipotético (em que as áreas de pastagem dentro dos limites da APA Paraíba do Sul são reflorestadas). O reflorestamento é justificado pela necessidade de mudança no manejo da terra, devido à importância do restabelecimento dos benefícios proporcionados pelo ecossistema, principalmente relacionados à retenção do solo pela recuperação de áreas florestais.

No Estado de São Paulo, a Companhia Sabesp opera a maior parte das estações de tratamento de água. A relação entre turbidez e seus custos de redução foi obtida através dos dados de uma planta padrão de abastecimento de água. A turbidez da água “in natura” aponta um aumento no custo do tratamento. Essa relação mostra a importância da qualidade da água nos pontos de captação.

Somando-se os custos evitados em aplicação de coagulante inorgânico, disposição do lodo e dragagem, a Represa Jaguari 3 e a Represa Jaguari 1/2 apresentam as maiores economias por hectare reflorestado: US$ 3.014 e 1.691, respectivamente. Outras bacias também apresentam economias no tratamento de água que justificam a implantação do PSA, tais como Córrego da Couve, Rio do Entupido, Ribeirão Gomeral, Ribeirão Araraquara e Córrego Prata + Cristo.

"O aumento da necessidade de água no cenário socioeconômico da bacia do Rio Paraíba do Sul contrasta com o alto nível de degradação das áreas de produção de água, apresentando grande potencial para a implementação de programas de Pagamentos por Serviços Ambientais."

A valoração econômica totaliza 7,8 milhões de dólares para as 24 bacias inseridas na APA Paraíba do Sul. O valor médio anual estimado para o PSA é de US$ 226,89 por hectare, variando de 6 a 3.014 dólares, dependendo da bacia hidrográfica. Esse benefício é maior que o custo de oportunidade da terra dos municípios abrangidos (Young, 2016).

O abastecimento público de água pode ser comprometido se a proteção de bacias a montante não ocorrer. A cobrança pelo uso do benefício pode ser necessária para financiar a gestão e provisão do recurso natural. Assim, esses valores devem ser repassados àqueles que ajudam a restaurar a floresta e seus serviços ecossistêmicos.

O PSA é um instrumento para o desenvolvimento sustentável no nível local, que combina objetivos de restauração florestal com objetivos de incentivo econômico. Isso aumentará o investimento no desenvolvimento de fontes alternativas de renda para comunidades em áreas de recuperação florestal. O resultado esperado desta contribuição financeira é a melhoria das condições hidrológicas da bacia do rio Paraíba do Sul.

Referências

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. Desmatamento nos mananciais acentua crise de abastecimento de água em São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.sosma.org.br/101269/desmatamento-nos-mananciais-acentua-crise-de-abastecimento-de-agua-em-sp/. Acesso em: 01 out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. IPT. Plano da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, Trecho do Estado de São Paulo (UGRHI 02), 2011- 2014. Relatório Final. Relatório Técnico nº 122 707-205, São Paulo, v. 1, 223p, 2011.

LIMA, J. E. F. W.; SANTOS, P. M. C.; CHAVES, A. G. M.; SCILEWSKI, L. R. Diagnóstico do fluxo de sedimentos em suspensão na bacia do rio São Francisco. Brasília, ANEEL/ANA/Embrapa, 108p, 2001.

PAVANI, B.F.; RIBEIRO, T.C.L.; GONÇALVES, D.A.; SOUSA JÚNIOR, W.C.; ARRAUT, E.; GIAROLLA, A. Payments for ecosystem services to water resources protection in Paraíba do Sul Environmental Protection Area. Ambiente & Sociedade, 2019. No prelo.

YOUNG, C.E.F. (coord.). Estudos e produção de subsídios técnicos para a construção de uma Política Nacional de Pagamento por Serviços. Relatório Final. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 93p., 2016.

A interface ciência-política no planejamento multiescalar no Brasil: o caso do Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais – INPE

Alexandre Marques

Doutorando em Ciência do Sistema Terrestre no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE na linha de pesquisa: Sistemas Sociais e Ambientais: análise, síntese e modelagem. Pesquisador visitante na Universidade de Wageningen – Holanda. Membro do Laboratório de Análise e Desenvolvimento de Indicadores para Sustentabilidade (LADIS - INPE), mestre em Planejamento Urbano e Regional. Experiência (10 anos) no setor público na área de planejamento ambiental, urbano e regional, gestão de projetos ambientais com destaque para recursos hídricos e serviços ecossistêmicos e planejamento territorial. Atua na área de Mudanças Climáticas, Water, Energy and Food NEXUS, riscos climáticos e processos de adaptação com foco em serviços ecossistêmicos, formulação de políticas públicas, governança ambiental, processos participativos com especial interesse em conflitos socioambientais, dimensões institucionais da sustentabilidade; processos de mobilização via plataformas multi-atores.



PALAVRAS CHAVE

INPE
Ciência-Política
Planejamento Territorial
Brasil
Macrometrópole Paulista

Conforme sua missão de "desenvolver, operar e utilizar sistemas espaciais para o avanço da ciência, da tecnologia e das aplicações nas áreas do espaço exterior e do ambiente terrestre, " o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) é reconhecido por suas previsões do tempo e monitoramento das taxas de desmatamento. Porém, não são apenas esses dois os serviços que o INPE presta às necessidades de planejamento estratégico para o desenvolvimento de um país com dimensões continentais como o Brasil.

Em seu histórico, a partir de 1970, as atividades de observação da Terra desde o espaço fizeram do Brasil o terceiro país do mundo a tratar imagens de satélites. Nos anos 1980, o INPE assumia o seu protagonismo técnico e científico fornecendo serviços aos órgãos de fiscalização e proteção ambiental. A partir de então, o INPE começou a diversificar seus programas e projetos integrando a ciência espacial à ciência ambiental, atendendo demandas cientificas, sociais, econômicas e de planejamento territorial e de infraestruturas críticas para o país.

O planejamento e o desenvolvimento econômico sustentável têm a ciência espacial e ambiental como centrais na elaboração de estratégias de adaptação as mudanças ambientais em várias escalas. Em uma escala mais ampliada, a construção desta ciência projeta-se em uma dimensão geopolítica e descreve o papel do estado brasileiro no regime internacional da produção científica sobre o tema. Desta forma, o país se apresenta como um importante ator nas arenas internacionais que discutem questões ambientais, como as mudanças climáticas, interferindo na agenda ambiental e embasando acordos políticos em escala global (MIGUEL, 2017).

Por serem tecnologias sensíveis e de difícil transferência, a ciência espacial e os modelos climáticos desenvolvidos pelo INPE assumem relevância frente aos interesses do estado, com impactos em seu planejamento a médio e a longo prazo. Portanto, o interesse nacional não pode prescindir o desenvolvimento deste campo científico e tecnológico, não devendo depender apenas de sua produção estrangeira (MIGUEL, 2017).

Partindo da escala global para recortes regionais de planejamento, os projetos Desflorestamento da Amazônia Legal (PRODES), e o Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), mostram-se estratégicos para informar e orientar tomadores de decisões sobre as estimativas anuais da taxa de desmatamento, e informa compromissos nacionais em acordos intergovernamentais como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Inclusive na produção dos relatórios de Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Seus dados, todos disponíveis publicamente, também são utilizados na certificação de cadeias produtivas do agronegócio, para previsões de safra e outras atividades e processos não-governamentais.

Outros recortes espaciais de planejamento têm sido foco das ações do INPE. Em 1992, o projeto Macrozoneamento da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo (MAVALE), representou a primeira iniciativa do INPE em desenvolver uma metodologia de planejamento regional, em escala mais detalhada, baseada no uso de produtos de sensoriamento remoto orbital (RESCHILIAN; 2005).

O meio urbano também se tornou objeto de sua pesquisa, por meio do projeto Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas (NOBRE et al., 2010). Neste sentido, a Macrometrópole Paulista (MMP) tem ocupado papel de destaque em alguns projetos de pesquisa do INPE.

Não obstante, cenários climáticos futuros compatíveis com a escala espacial de planejamento da MMP, não são muito otimistas quando relacionam alterações climáticas às vazões de suas principais bacias hidrográficas. Segundo modelagem utilizando cenários RCP 8.5 para o horizonte do ano de 2040, o risco de recorrência da mesma vazão aferida durante a crise hídrica (2013/2015), a cada cinco anos ultrapassa os 70% de probabilidade (NOBRE et al., 2016).

Neste caso, pode-se colocar em dúvida a viabilidade de alguns projetos de infraestruturas cinzas, como a interligação dos reservatórios Jaguarí-Atibainha, tida como a ação mais importante do governo do estado de São Paulo para fazer frente às crises hídricas futuras na MMP. É preciso pensar como se produz as informações que conduzem à viabilidade ou não de políticas

Myanna Lashen

Myanna Lahsen é pesquisadora titular do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Brasil e Professora Associada na Wageningen University na Holanda.Treinada em antropologia cultural e estudos de ciência, tecnologia e políticas públicas, ela estuda a interface ciência-políticas públicas, mudanças climáticas, sustentábilidade e segurança alimentar, democracia, a governança da geoengenharia climática e o papel das mídias de comunicação e da participação pública em processos de decisão. É assessora da revista Nature Climate Change e editora-executivo do Environment: Science and Policy for Sustainable Development. Antes de assumir seu cargo no Brasil em 2009, ocupou cargos como Social Science Officer no Programa Internacional Geosfera-Biosfera (IGBP), como pesquisadora associada em CIRES na Universidade de Colorado e como lecturer em Ciência Ambiental e Políticas Públicas na Universidade de Harvard, onde também usufruiu de duas bolsas de pós-doutorado na JF Kennedy School of Government. Recebeu os prêmios Jacob K. Javits Fellowship e EPA "STAR Fellowship" nos EUA, onde também fez pós-doutorado no Programa de Estudos Avançados do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica. Tem atuado em painéis de revisão na Fundação Nacional de Ciência dos EUA e em grupos de peritos aconselhando as Nações Unidas sobre as dinâmicas da interface ciência-política e a formação de um relatório de sustentabilidade global, resultado da Rio+20.



e ações de adaptação à mudança do clima em recortes metropolitanos (NOBRE et al., 2010). Para essas situações, investimentos nesta área de conhecimento são essenciais para o reconhecimento, identificação e o mapeamento das vulnerabilidades e riscos envolvendo mudanças climáticas e políticas de adaptação (MIGUEL, 2017).

Para tanto, além de projetar o país no cenário geopolítico e nos acordos internacionais, a produção da ciência espacial e ambiental e sua interface política, prestam um serviço crítico ao planejamento nacional e regional, auxiliando aos tomadores de decisão, formuladores de políticas públicas e planejadores do espaço. Em especial para o recorte regional da MMP, onde o crescimento urbano, o uso de recursos naturais, redes de infraestruturas e as mudanças ambientais se revelam como os principais desafios para relação entre ambiente e sociedade no século XXI.

No entanto, a atual interface entre ciência-política não parece trilhar um caminho de soberania nacional, desenvolvimento sustentável e planejamento multiescalar no Brasil. As ações do governo federal não se coadunam frente aos desafios políticos, científicos e ambientais deste nosso século. Com a redução progressiva de investimentos na área, sobretudo no INPE, deixa claro como se dá a interface ciência-política no atual governo.

Para além de medidas disciplinares, a interface ciência-política e planejamento no Brasil necessita de um modelo de governança, capaz de trazer novos atores para a construção da agenda de pesquisa e coproduzir o conhecimento para as reais necessidades sociais e ambientais do planejamento territorial do país. Estreitar relações de institutos de pesquisa, como INPE, junto a sociedade, tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas reafirma a interface ciência-política com foco no desenvolvimento sustentável do país.

REFERÊNCIAS

MIGUEL, J. C. H. The technopolitics of climate change: Climate models, geopolitics, and governmentality. Historia, Ciencias, Saude - Manguinhos, v. 24, n. 4, p. 969–987, 2017.

NOBRE, C. A.; MARENGO, J. A.; SELUCHI, M. E.; CUARTAS, L. A.; ALVES, L. M. Some Characteristics and Impacts of the Drought and Water Crisis in Southeastern Brazil during 2014 and 2015. Journal of Water Resource and Protection, v. 08, n. 02, p. 252–262, 2016.

NOBRE, C. A.; YOUNG, A. F.; SALDIVA, P.; MARENGO, J. A.; NOBRE, A. D.; JR., S. A.; SILVA, G. C. M. da; LOMBARDO, M. Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: São Paulo - Sumário Executivo. 2010.

RESCHILIAN, Paulo Romano. O Vale do Paraíba no contexto da urbanização brasileira e a questão do planejamento regional. Revista Ciências Humanas, Taubaté, v.11, n.1, p.25-32. 2005.

A governança metropolitana brasileira: o caso da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Rosa Scaquetti

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade do Vale do Paraíba – PLUR/UNIVAP.



Graziana Siqueira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC – PGT/UFABC.



Dadas as características comuns às metrópoles, estas concentram, paradoxalmente, as riquezas e oportunidades, assim como, a pobreza, a exclusão social e, conseqüentemente, são espaços onde se dão conflitos oriundos das desigualdades socioeconômicas e ambientais. Daí a necessidade de soluções uniformes e comuns, partindo de uma governança cooperativa, além de uma organização jurídica e política com essa envergadura (FREY, 2007).

No intuito de estabelecer as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, foi criada a Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, denominada Estatuto da Metrópole.

Embora tenha contribuído com a previsão legal de governança interfederativa das FPCIs, o Estatuto esbarra nas questões federativas que, entre outros motivos, tornaram-se mais críticas a partir da legislação urbanística brasileira presente na Constituição Federal de 1988. Somadas a isso, as desigualdades socioeconômicas e políticas entre as regiões brasileiras, historicamente desenvolvidas, fazem com que em alguns lugares se tenha mais eficiência de governança e em outros menos (KLINK, 2010).

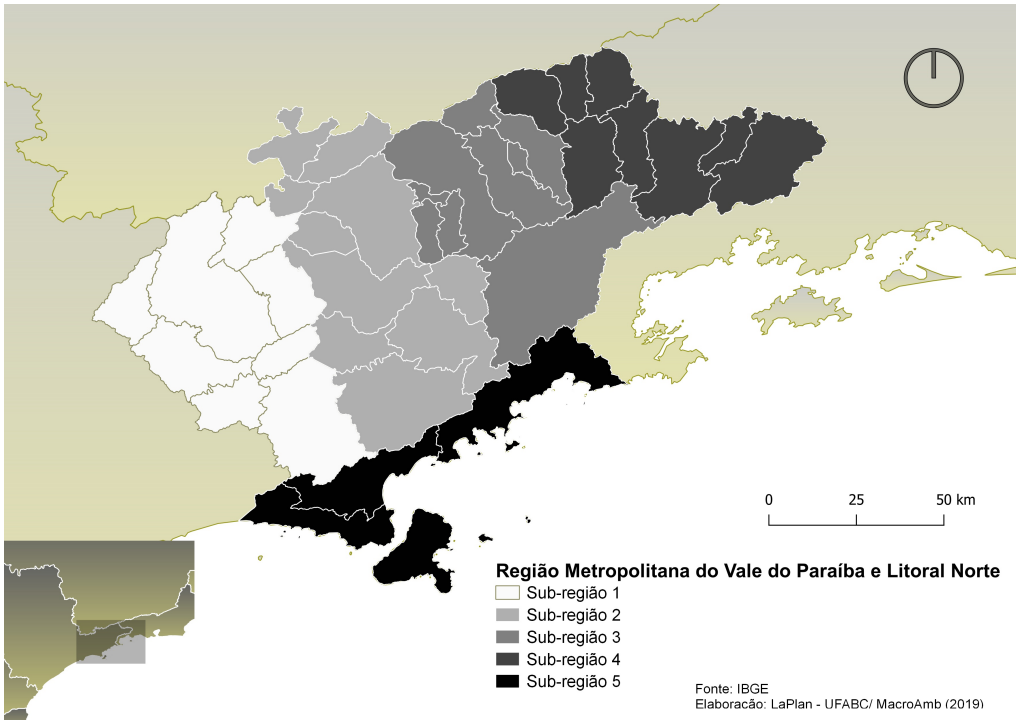
Não há nessa lei, por exemplo, a previsão de uma autoridade pública metropolitana com legitimidade de ação sobre o território na escala regional, como é costumeiro em outros países. Nesse sentido, o desenvolvimento regional fica condicionado à vontade política dos governos, principalmente dos estaduais, quando se trata da criação de instrumentos de articulação, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum.

Nesse contexto, na região sudeste, estado de São Paulo, está inserida a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), composta por uma série de disparidades, não apenas entre as sub-regiões que a compõem, mas também, na composição dos municípios, tanto no sentido demográfico, como no perfil socioeconômico. Dadas as características do desenvolvimento histórico, existe grande concentração de riqueza em alguns municípios, principalmente nos que abrigam as grandes indústrias (MELLO e NETO, 2010).

PALAVRAS CHAVE

Vale do Paraíba
Governança
Regiçao Metropolitana

Criada pela lei complementar estadual nº 1.166, de 9 de janeiro de 2012, formada pela união de 39 municípios agrupados em cinco sub-regiões. Está situada entre as duas regiões metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro e integra o quadrilátero formado pelas cidades de Santos, Campinas, São Paulo e São José dos Campos, chamado de Macrometrópole Paulista, que abriga dois terços da população do estado.



Impulsionada a partir do mandato legislativo do então Deputado Estadual Carlinhos Almeida, do Partido dos Trabalhadores (prefeito de São José dos Campos entre os anos de 2013 e 2016) e, posteriormente, de uma frente parlamentar pluripartidária que envolveu outros deputados da região, a ideia da criação e instituição da RMVPLN surgiu com a finalidade de envolver no processo de planejamento e tomada de decisão os atores políticos e sociais da região. Apresentou-se em forma de Projeto de Lei Complementar (PLC) à Assembléia Legislativa em 2001 e depois foi reapresentada pela frente parlamentar em 2007, os diversos governos municipais, alguns partidos, universidades, sindicatos e empresários da região discutiram a proposta e se posicionaram, a maioria a favor e alguns contrários (CÂNDIDO, 2010; LIMA, 2010).

Ao ser instituída, em 2012, a RMVPLN, teve estabelecida como FPICs, entre o Estado e os municípios, previstas pela lei nº 1.166/12, os seguintes aspectos: i. planejamento e uso do solo; ii. transporte e sistema viário regional; iii. habitação; iv. saneamento ambiental; v. meio-ambiente; vi. desenvolvimento econômico; vii. atendimento social; viii. esportes, lazer e cultura; ix. turismo; x. agricultura e agronegócio.

Com a instituição da RMVPLN, foi a criado o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – FUNDOVALE, nos moldes do que estava previsto na lei que estabeleceu a RMVPLN, mas que ainda não foi associado a políticas de desenvolvimento regional, por diversos motivos. Além disso, a Lei Complementar 1.258/15 criou a Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVALE, hoje vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional e regulamentada pelo Decreto 61.256 do mesmo ano, que prevê recursos, patrimônio, organização administrativa e competências e vem atuando regularmente.

Ainda assim, a AGEMVALE não apresentou atuação relevante no que se refere à governança regional. Ao analisar o conteúdo discutido nas reuniões ocorridas entre os prefeitos municipais que compõe a RMVPLN, notou-se que, desde 2015, foram realizados os processos para composição do Conselho de Desenvolvimento da RMVPLN e, a partir daí, limitou-se, basicamente, a levantar as intenções de produzir o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), conforme previsto no Estatuto da Metrópole, com ênfase na necessidade de viabilização de recursos para o FUNDOVALE.

Apesar de regulares, essas reuniões, até o momento, deixaram de dar espaço para participação de outros setores da sociedade civil organizada, universidades ou entidades empresariais. No ano de 2018, a Diretoria Executiva da AGEMVALE iniciou o processo de preparação do termo de referência para contratação de uma empresa responsável pela elaboração do PDUI. Entretanto, esse processo se encontra estancado, tendo como principal obstáculo, a falta de recursos para sua continuação.

Esses fatos levaram a crer que a agenda política de governança regional foi negligenciada pelo governo do estado que, não tem demonstrado interesse em abrir mão do centralismo tradicionalmente exercido na temática regional, e tampouco de se atentar para o novo instrumento legal que passou a existir no país, relacionado à instalação e funcionamento das regiões metropolitanas, qual seja, o já mencionado Estatuto da Metrópole. Reforçando essa crença, vem a extinção, em 2018, da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano, EMPLASA, que traz como conseqüência uma diminuição no quadro técnico e, assim, na capacidade do poder público estadual de construção de planos a longo prazo.

Do ponto de vista das intervenções práticas na região, como o caso da duplicação da Rodovia dos Tamoios, com a implantação de sistema de pedágios e duplicação via parceria público-privado (PPP) e das iniciativas de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até Taubaté, bem como as discussões orçamentárias e da carteira de projetos estratégicos para o estado, diante do processo de elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (EMPLASA, 2014), entre outras iniciativas, foi notório que esses não levaram em consideração a existência da RMVPLN, com toda sua capacidade, e agora direito, de contribuir no processo de decisões, ações essas que poderiam levar à sua efetiva consolidação.

Ademais, os desafios foram intensificados pela diversidade de instituições que atuam na região, de forma desconectada, sem uma governança colaborativa. Também por essa razão, é possível dizer-se necessário o fortalecimento das instituições regionais, em especial a Agência Metropolitana, com legitimidade e os meios necessários para construir a governança interfederativa, colocando em prática os instrumentos do Estatuto da Metrópole, associados aos já existentes mecanismos de cooperação intermunicipais, gerando benefícios regionais efetivos, não sem deixar de favorecer o diálogo e a participação da sociedade civil organizada, se essa assim desejar.

REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, L. R. Informativo da Frente Parlamentar em Apoio aos Municípios do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira. São Paulo, Junho de 2010.

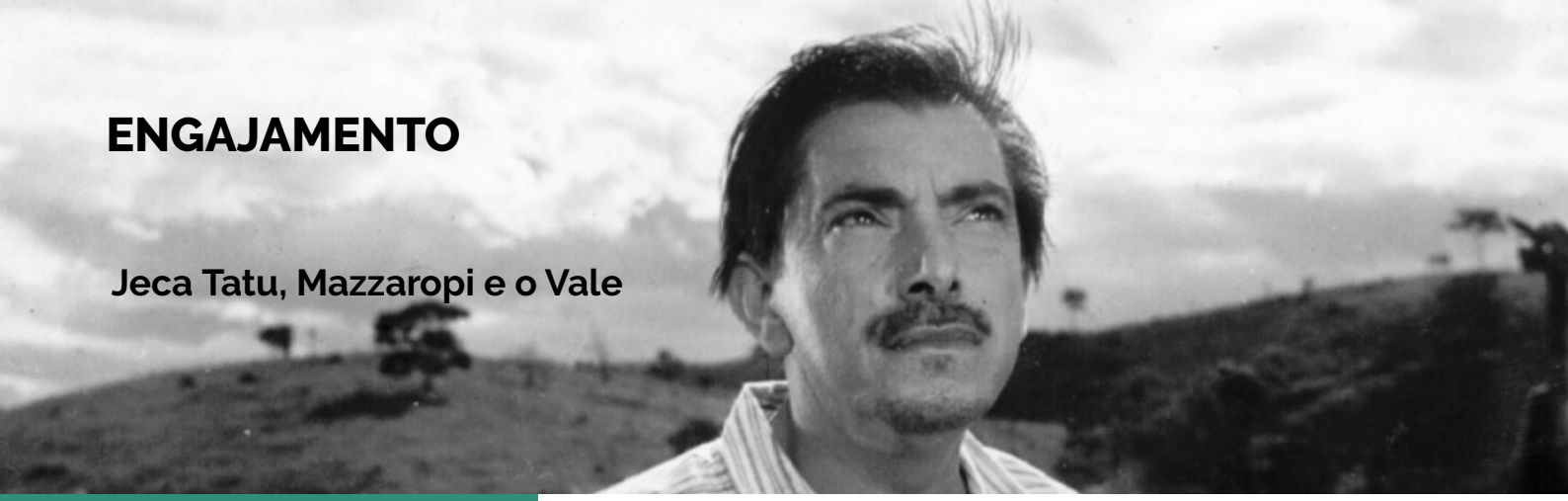
FREY, K. Governança urbana e participação pública. RAC-eletrônica - Revista de Administração Contemporânea, 1, 2007, 136-150, disponível em: http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=3.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DA CASA CIVIL. EMPLASA. Plano de Ação da Macrometrópole Paulista. 2013-2040: política de desenvolvimento da macrometrópole. 1ª edição. Volume 1. São Paulo, Emplasa, 2014.

KLINK, J. (Org.) Governança das Metrópoles: conceitos, experiências e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2010.

LIMA, A. Região Metropolitana: Sim, nós podemos!. Revista Vida Urbana, número 9, ano 02, agosto de 2010, 12 – 17 p.

MELLO, L. F.; MOREIRA NETO, P. R. Desenvolvimento econômico, população e impactos ambientais: mudanças contemporâneas no extremo leste paulista. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, 20 a 24 de setembro de 2010.



ENGAJAMENTO

Jeca Tatu, Mazzaropi e o Vale

Silvana Zioni

Professora Adjunta da Universidade Federal do ABC, Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC. É pesquisadora do Macroamb (Proc. FAPESP: 2015/03804-9)



PALAVRAS CHAVE

Mazzaropi
Filmes
Cultura
Jeca Tatu

A industria cultural paulista teve no Vale do Paraíba seu mais complexo e genuíno produto: o Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato em Urupês (1918), ganhou fama no Almanaque do Biotônico
Fontoura, mas foi de fato revigorado pelo artista multimídia Mazzaropi.

Nos anos 1920, Monteiro Lobato - também autor de o Sítio do Picapau Amarelo, presente nas televisões de várias gerações, transformou seu personagem Jeca Tatu em peça publicitária de produto farmacêutico - o Biotônico Fontoura, que distribuía como brinde o Almanaque Fontoura. Este sucesso editorial e publicitário atingiu cem milhões de exemplares entre as décadas de 20 e 80 (MEYER, 2001).

O Jeca Tatu - habitante do meio rural, sem ânimo ou ambição, sujeito a Malária e Amarelão - resiste, graças ou não ao Biotônico Fontoura, vai ressurgir nos anos 1950 nas telas dos cinemas como o caipira, pobre e ingênuo, mas que ao final sempre sai bem. Como aliás, a arte imitou a vida de Mazzaropi.

Amácio Mazzaropi (1912 - 1981) ator de circo, teatro, televisão e cinema, construiu no papel do caipira do Vale do Paraíba, um dos maiores e mais bem sucedidos projetos cinematográficos no Brasil, conquistando ao longo de três décadas recordes de público. Ator de sucesso já nos anos 1950, torna-se também um bem-sucedido roteirista e produtor, a partir de Chofer de Praça (1959) e Jeca Tatu, filmes de 1959, um dos recordistas de público até hoje, com 8 milhões de espectadores.

Em 1961 Mazzaropi adquiriu a Fazenda Santa em Taubaté, onde iniciou a construção de seu primeiro estúdio de gravação, estabeleceu a PAM Filmes Ltda e começou a produção de filmes em cores. Hoje está lá instalado o museu do Instituto Mazzaropi (https://museumazzaropi.org.br/) que mantem como acervo cartazes, fotografias, filmes, equipamentos cinematográficos, além de mobiliário e vestuário das produções de Mazzaropi.

Além da filmografia que continua disponível no mercado de vídeos e nas programações culturais, como a recente 'Mostra Mazzaropi' da Estação Casa Amarela (http://estacaocasaamarela.com.br) de Caçapava, onde foram exibidos documentários dirigidos por Luiz Otavio de Santi - **'Mazzaropi, o Cineasta das Platéias' (2002)**[1] e **'Mazzaropi: Feição e Prosa' (2008)** – que reconstroem os cenários rurais ou metropolitanos de onde o caipira do Vale do Paraíba conquistou as plateias brasileiras.

No documentário 'Mazzaropi'[2], produção do Festival Mazzaropi, patrocinado pelo Centro Cultural dos Correios , de 2014, o ator Matheus Nachtergaele comenta o legado de Mazzaropi e a sua experiência como ator no filme Tapete Vermelho (2006).



O filme revisita interior paulista, com locações nas cidades de Santo Antônio do Pinhal, Caçapava, Taubaté, Aparecida, Lagoinha, Roseira. Conta a odisseia de Quinzinho, ao mesmo tempo, fã e encarnação de Mazzaropi no século XXI, busca na cidade um cinema onde seu filho possa assistir um filme do Mazzaropi. Entre muitas dificuldades e desafios, assume sua identidade Jeca Tatu, quando responde a quem o hostiliza,

> "Sou 'jeca' sim, senhor, com muito gosto. Tenho minha terrinha, meu inhame... num é batata, não. Trabalho para mim, não sou empregado..."



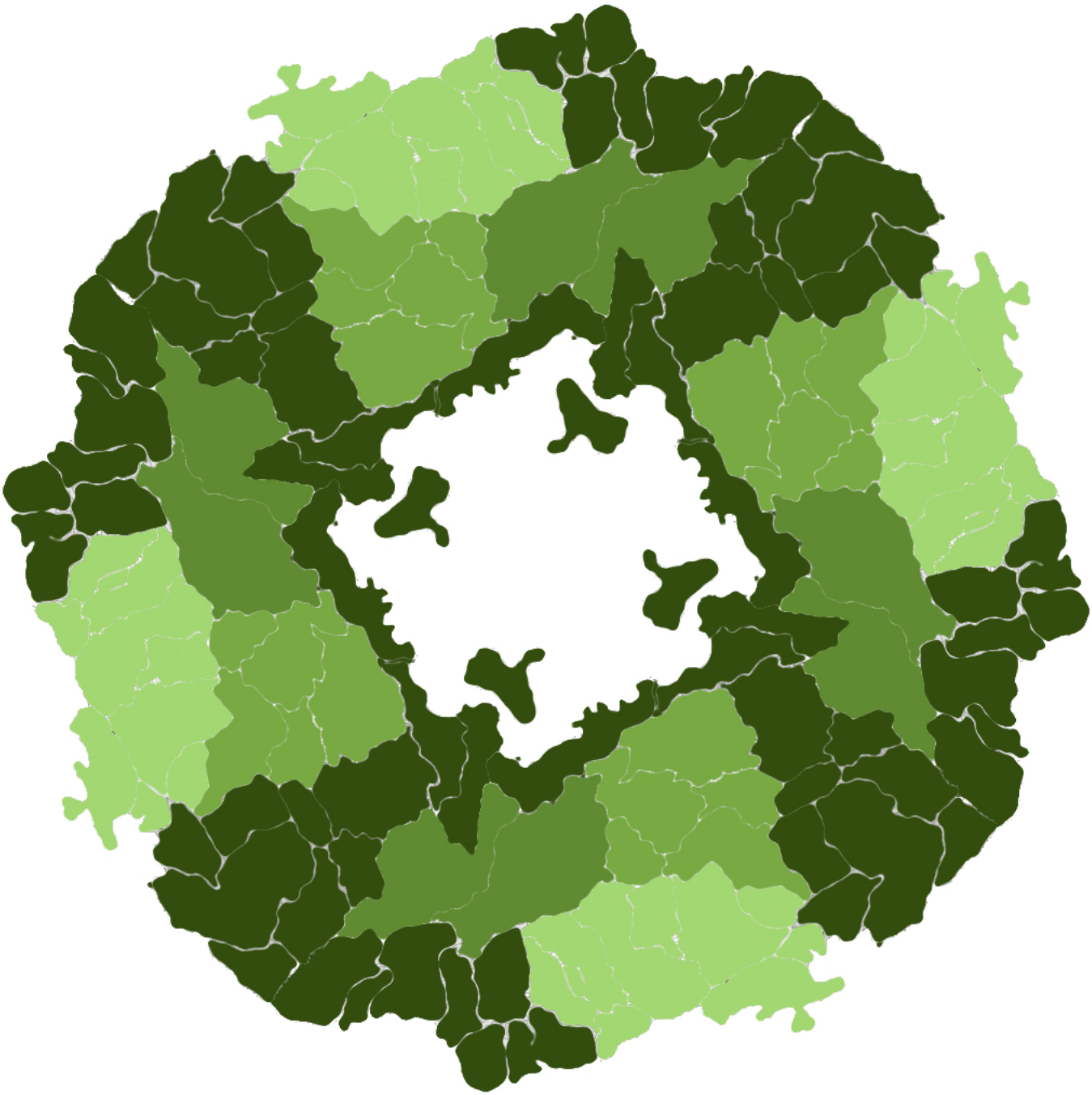
Do legado de Mazzaropi é possível também resgatar 30 anos de paisagens do interior e litoral, das cidades e metrópoles paulistas, nos registros e generosas tomadas externas como em **"Zé do Periquito" (1960)**[3] e **"O Jeca e a Égua Milagrosa" (1980)**[4]

REFERÊNCIAS

MEYER, Marlyse. Do Almanak aos Almanaques. Fundação Memorial da América Latina, São Paulo, 2001.

LINKS VÍDEOS

1. https://www.youtube.com/watch?v=uUhMNveRY-A
2. https://www.youtube.com/watch?v=7Rt5XELWgrc
3. https://www.youtube.com/watch?v=UboKqML7Vwo&list=PLKQWn-LYAcL_lkmr0YX9D9DNCHgHdWBgv
4. https://www.youtube.com/watch?v=5hog4oWR6yQ



Vale Infinito: Ciclo Verde, 2019

A obra **"Vale Infinito: Ciclo Verde"** apresenta uma releitura visual do mapa do Vale do Paraíba e Litoral Norte. O processo criativo surge a partir de uma justaposição cartográfica, gerando um efeito de caleidoscópio ou de mandala. A cor verde faz alusão às áreas verdejantes que ainda povoam esse território - e faz um apelo pela sua conservação.



Ivan Nisida

É artista visual, fotógrafo e escritor. Nasceu em Campinas no ano de 1989. Cresceu em São Paulo sob a influência de cinco culturas (brasileira, japonesa, suíça, tcheca e francesa). Formado em Relações Internacionais (PUC-SP), viveu por 3 anos na França, onde obteve seu Mestrado em Políticas Ambientais pela Sciences Po Paris. Entre 2014 e 2019, foi Coordenador da organização holandesa Black Jaguar Foundation, liderando sua implantação no Brasil num massivo projeto de reflorestamento ao longo do Rio Araguaia.Hoje, como artista, se dedica à fronteira entre arte, natureza e ciência.

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS
NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. O tema de cada artigo é sugestão temática norteadora por parte dos organizadores para guiar os autores, podendo ser alterado pelos mesmos.
2. O recorte da Macrometrópole paulista pode tanto ser utilizado de forma sistêmica, como recorte geográfico ou mesmo a escolha de uma cidade, uma região que esteja inserida dentro da MMP.
3. Entende-se por MMP o conjunto dos 174 municípios formados pela soma das regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocabana, além das Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba. https://www.emplasa.sp.gov.br/MMP
4. O manuscrito deve ser estruturado da seguinte forma: Título, autor e co-autores em ordem de relevância para o texto, Palavras-chave, introdução, desenvolvimento do texto, referências. Notas de rodapé e/ou de fim de página são opcionais e devem ser evitadas ao máximo.
5. O texto deve ser redigido no idioma português.
6. Fonte Arial 11 e espaçamento 1,5 (um e meio) entre linhas.
7. O texto deverá apresentar as referências ao final.
8. O arquivo todo do manuscrito deverá ter o máximo de 2. Poderá haver excepcionalidades em casos de utilização de mapas, gráficos e tabelas essenciais a compreensão do texto.
9. Título do artigo deve ter, no máximo, 15 palavras.
10. As Palavras-chave, devem ser no mínimo 3 e no máximo 5.
11. Elementos gráficos (Tabelas, quadros, gráficos, figuras, fotos, desenhos e mapas). São permitidos apenas o total de três elementos ao todo, numerados em algarismos arábicos na sequência em que aparecerem no texto.
12. Imagens coloridas e em preto e branco, digitalizadas eletronicamente com resolução a partir de 300 dpi.
13. As notas de fim de página são de caráter explicativo e devem ser evitadas. Utilizadas apenas como exceção, quando estritamente necessárias para a compreensão do texto e com, no máximo, três linhas. As notas terão numeração consecutiva, em arábicos, na ordem em que aparecem no texto.
14. Número de Referencias não deve ultrapassar cinco.
15. As citações no corpo do texto e as referências deverão obedecer às normas da ABNT para autores nacionais e Vancouver para autores estrangeiros.

DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS
NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

SIGA-NOS



@macroamb_fapesp
facebook.com/macroambfapesp



MACROAMB Governança Ambiental da Macrometópole
youtube.com/channel/UCXV-E1w76AjukSgWQ7FGkYA



@macroamb_fapesp
twitter.com/macroamb_fapesp

